

Questão 55

Locke [...] admite, a título de direito natural, o direito de propriedade fundado sobre o trabalho e limitado, por consequência, à extensão de terra que um homem pode cultivar, e o poder paterno, sendo a família instituição natural e não política. [...] O pacto social não cria nenhum direito novo. É um acordo entre indivíduos que se reúnem para empregar a força coletiva no sentido de executar as leis naturais, renunciando a executá-las por sua própria força.

(Émile Bréhier. *História da filosofia*, 1979.)

O excerto apresenta um aspecto da teoria política de Locke, que estabelece

- (A) a garantia da defesa de bens individuais.
- (B) a submissão das famílias à decisão coletiva.
- (C) a regulação do Estado conforme a vontade divina.
- (D) a ausência de um poder soberano.
- (E) a autoridade do governo na divisão de propriedades.

ALTERNATIVA A

A teoria política de John Locke baseia-se, como as de Thomas Hobbes e de Jean-Jacques Rousseau, na ideia da existência de um contrato social. Para essas teorias, estabelecer o contrato social significa que os seres humanos abriram mão de seu estado inicial (ou estado de natureza), no qual viviam isolados, em nome da vida em sociedade. Para John Locke, no próprio Estado de Natureza existiam tanto família quanto propriedade privada – que seriam, portanto, ambas naturais aos seres humanos. Uma das funções do Estado, após o estabelecimento do contrato social, seria precisamente garantir a segurança da propriedade privada.